

**E**ste número 15 da *Revista Rio de Janeiro* traz um dossiê especial sobre o tema de políticas públicas de cultura. Em um mundo dominado pelo *american way of life*, em que os EUA buscam transformar os bens culturais em mercadorias como outras quaisquer, o destino da humanidade caminha na direção da proteção da produção e da diversidade. E isso depende não somente das condições de produção e de consumo do mercado, mas também da ação e capacidade de articulação da esfera pública.

O Laboratório de Políticas Públicas da UERJ preocupa-se centralmente em deslocar a polarização instaurada pelo neoliberalismo entre estatal e privado para aquela – que nos parece a mais real – entre público e mercantil. O Estado aparece como um espaço de disputa entre esses dois pólos, um deles representando os interesses de mercantilização de todas as relações sociais e, o outro, a universalização de direitos.

Para dar mais profundidade a esta temática, o LPP/UERJ apoiou a criação do curso de mestrado e doutorado (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ) que tem, entre seus objetivos, instituir uma linha de políticas públicas de cultura, articulada com o trabalho de pesquisa que o LPP vem desenvolvendo sobre este assunto.

Esta edição apresenta distintas visões sobre diversos aspectos, inclusive de especialistas de outros países da América Latina – em particular, de dois ex-coordenadores do Grupo de Trabalho da Clacso sobre Cultura, Daniel Mato e Alejandro Grimson –, sobre as redes internacionais de produção de consensos neoliberais e sobre a questão estratégica da disputa de hegemonia no plano da cultura. Acreditamos que a difusão dessas idéias permite aprofundar o debate no Brasil, assim como incorporar dimensões nem sempre levadas em conta em uma discussão que, via de regra, é pautada pela

grande mídia privada, ela mesma problematizada nessas abordagens e, por isso, pouco interessada em colocar em pauta essas polêmicas.

No Dossiê Nacional, quatro artigos analisam a cultura do ponto de vista dos movimentos sociais, da democracia, das ações neoliberais, incluindo um balanço das políticas postas em prática no Brasil na década de 1990, e da disputa hegemônica dos significados no plano da cultura, trabalhos produzidos por pesquisadores brasileiros que, sendo altamente capacitados, não costumam ser promovidos pela indústria cultural privada – talvez exatamente por essa razão: por refletirem os temas sob a perspectiva das políticas públicas.

Na Seção Mediações, destaca-se a exposição do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que se volta para as iniciativas contemporâneas com um enfoque inovador que tem caracterizado a política do governo atual nessa área. O Programa Cultura Viva é, dessa forma, uma das expressões mais significativas. Em continuidade, a Seção Políticas Públicas de Cultura é composta por vários textos que examinam os programas implementados pelo MINC. Servem para demonstrar a riqueza e o potencial dos projetos e o desafio da construção de uma política cultural não-mercantil.

No marco mais geral dos estudos teóricos da sociologia e da literatura brasileira, Leandro Konder realiza uma panorâmica sobre a configuração do nosso sistema cultural.

Para finalizar, este número 15 disponibiliza aos leitores um Panorama Editorial que relaciona um conjunto de publicações com a palavra-chave que move esta edição: *cultura*. Têm-se como recorte um projeto transformador de sociedade e o papel crucial que a cultura assume na construção de alternativas para a transformação das desigualdades existentes no Brasil e na América Latina.

*Emir Sader*

*Pablo Gentili*